

economia

Governo vai liberar R\$ 7 bi do FGTS, diz ministro

Medida atinge 10 milhões de trabalhadores e pretende frear o endividamento no País, preocupação do governo em ano eleitoral

/ CRÉDITO

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou nesta quinta-feira que o governo quer liberar R\$ 7 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 10 milhões de trabalhadores que tinham o valor retido por terem aderido ao saque-aniversário. A medida deve ajudar a conter o endividamento no País, uma das preocupações do governo em ano eleitoral.

Em entrevista no programa Alô Alô Brasil, apresentado por José Luiz Datena, Marinho citou as duas medidas provisórias assinadas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para liberar o valor retido do fundo para quem tinha sido demitido e estava com restrição de saque por conta da lei do saque-aniversário.

“Liberamos no primeiro semestre R\$ 12 bilhões para 12 milhões de trabalhadores e, no final do ano, liberamos R\$ 8 bilhões e meio para 14 milhões de trabalhadores”, disse Marinho. “A Caixa (Econômica Federal), no meu entendimento, cometeu um erro aqui porque ela não liberou a totalidade desses recursos”, afirmou.

E complementou: “Tem um resíduo de R\$ 7 bilhões que nós estamos trabalhando e propondo que libere agora. Estamos apurando exatamente a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras que vão receber o que é direito legítimo deles, mas acreditamos que é em torno de 10 milhões.”

Na entrevista, Marinho citou o processo grande de endividamento de parte da população. “Nós estamos trabalhando essa lógica de buscar criar condições de redu-

ção desse endividamento”, disse. “Criar condições efetivas para que os trabalhadores possam voltar à sua vida normal.”

O saque-aniversário foi criado por lei em 2019 e permite ao trabalhador sacar parte do saldo da conta do FGTS todos os anos no mês de seu aniversário.

No entanto, caso ele seja demitido, poderia sacar apenas o valor referente à multa rescisória, sem ter acesso ao valor integral da conta.

No final do ano passado, o governo editou uma medida provisória para permitir, temporariamente, a liberação do saldo do FGTS retido para trabalhadores que optaram pelo saque-aniversário e foram demitidos entre janeiro de 2020 e 23 de dezembro de 2025.

Marinho também falou sobre o fim da escala 6x1, uma das ban-



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Marinho citou o processo de grande endividamento de parte da população

deiras do governo Lula, e disse que seria prudente o presidente deixar tramitar os projetos de lei que estão na Câmara.

“E aí o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) teria condi-

ção de, imediatamente, caso ele assim tenha a vontade, dialogando com as lideranças da Câmara, pautar em plenário”, disse o ministro, referindo-se ao presidente da Câmara.

Setor da construção e entidades se opõem à liberação do benefício para quitar dívidas

O uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar dívidas das famílias compromete recursos destinados à casa própria e afeta a poupança dos trabalhadores, segundo entidades e especialistas ouvidos pela reportagem, que se opõem à medida.

A discussão dentro do governo sobre liberar o FGTS para ajudar endividados em uma espécie de Desenrola 2.0 ainda é inicial, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas mesmo assim, a reação de entidades de habitação e representantes dos trabalhadores é de resistência.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) disse ver com preocupação a medida, pois haveria risco direto de redução dos recursos para financiamento imobiliário, o que pode diminuir a produção de moradias. “O fun-

do é utilizado majoritariamente para financiar a casa própria e, por isso, toda medida que retira recursos do FGTS, reduz o acesso ao financiamento para a produção e aquisição de imóveis, especialmente para os contribuintes de menor renda”, diz o órgão.

A Associação Brasileira de Incorporadoras (Abrainc) diz que a possibilidade de usar os valores compromete a renda futura das famílias, reduzindo sua capacidade de poupança e de financiamento imobiliário.

Luiz França, presidente da associação, afirma que isso descharacterizaria o papel do fundo, que é o principal instrumento de acesso à moradia no país. “Qualquer medida que reduza sua capacidade de financiamento traz impactos diretos sobre o déficit habitacional, o emprego e o crescimento econômico.”

Dados da associação mostram que a cada R\$ 1 bilhão investido em habitação há a geração de 13 mil empregos diretos e indiretos, com R\$ 300 milhões de retorno aos cofres públicos em impostos e R\$ 1,3 bilhão de aumento no PIB (Produto Interno Bruto).

O Brasil tem hoje 15,4 milhões de famílias em situação de endividamento crítico, com um total de R\$ 69,3 bilhões comprometidos. Dados do Serasa apontam que 81,7 milhões de brasileiros estão inadimplentes, com contas atrasadas e nome negativado.

Mario Avelino, presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador, ONG voltada a ações de orientação aos trabalhadores sobre o Fundo de Garantia, afirma que transformar a poupança do trabalhador em instrumento para pagamento de dívidas é fazer com que os bancos ganhem mais di-

nheiro, e pode se transformar em um ciclo vicioso.

“O trabalhador quita uma dívida hoje, mas contrai outra amanhã. E, no futuro, surge novamente a mesma solução: retirar dinheiro do fundo para pagar dívidas”, diz.

Entre representantes dos trabalhadores, o tom é mais cauteloso, mas não há apoio irrestrito. Sérgio Luiz Leite, Serginho da Força Sindical, presidente do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), reconhece que o endividamento é um problema agravado pelos juros altos, mas diz que projetos que usem o FGTS precisam ser avaliados com cautela.

Ele lembra que parte dos recursos já está comprometida com modalidades como o saque-aniversário e o crédito consignado do trabalhador, e questiona como no-

vas liberações afetariam a saúde financeira do fundo, que também sustenta investimentos em habitação e infraestrutura.

Clemente Ganz Lucio, presidente do Fórum das Centrais Sindicais, afirma que ajudar famílias endividadas é necessário, mas com condições claras. “Não pode transformar esse acesso em consumo recorrente”, diz, apontando que há muitas dívidas por causa de jogo. Lucio diz achar justo auxiliar alguém que perde o emprego e, por exemplo, não consegue pagar a prestação da casa.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP) entende não ser possível ainda entender quais serão os impactos tanto no endividamento quanto no setor de habitação, já que não há uma proposta clara, e que acompanha a medida.

Produção industrial cresce em 11 dos 15 locais pesquisados em fevereiro ante janeiro

/ INDÚSTRIA

A produção industrial cresceu em 11 dos 15 locais pesquisados em fevereiro ante janeiro, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira.

Houve expansão no Espírito Santo (11,6%), Rio Grande do Sul (6,7%), Bahia (3,2%), Pará (2,7%), Ceará (2,5%), Amazonas (1,7%), Santa Catarina (1,0%), Região Nordeste (1,0%), Pernambuco (0,6%), São Paulo (0,5%) e Rio de Janeiro (0,2%).

Na direção oposta, houve perdas em Mato Grosso (-0,9%), Goiás (-0,8%), Minas Gerais

(-0,3%) e Paraná (-0,1%).

Na média global, a indústria nacional cresceu 0,9% em fevereiro ante janeiro.

A produção industrial caiu em nove dos 18 locais pesquisados em fevereiro de 2026 ante fevereiro de 2025. “Vale destacar que fevereiro de 2026 (18 dias) teve 2 dias úteis a menos que igual mês do ano anterior

(20)”, lembrou o IBGE.

Houve perdas no Rio Grande do Norte (-24,5%), Ceará (-9,8%), Paraná (-7,7%), Amazonas (-7,2%), Goiás (-6,1%), Santa Catarina (-5,9%), Bahia (-4,1%), São Paulo (-3,6%) e Maranhão (-1,6%).

Na direção oposta, foram registrados avanços no Espírito Santo (31,3%), Pernambu-

co (25,0%), Mato Grosso do Sul (8,3%), Rio de Janeiro (5,8%), Mato Grosso (2,9%), Região Nordeste (1,6%), Rio Grande do Sul (0,7%) e Pará (0,4%).

Minas Gerais teve estabilidade (0,0%).

Na média global, a indústria nacional encolheu 0,7% em fevereiro de 2026 ante igual mês de 2025.